

Insubordinação, deferência e competição: as relações civis-militares no Brasil entre 2014 e os primeiros 100 dias do governo Lula-Alckmin

Mariana Kalil

Resumo

Este artigo soma-se às pesquisas que alertam para a recessão democrática no Brasil a partir da investigação de como ocorreu a erosão do controle civil sobre militares desde 2014. Utilizando a sistematização de Beliakova (2021) sobre como ocorre essa erosão, exploram-se (1) características da insubordinação militar perante o poder civil; (2) características de deferência civil aos militares; (3) características de competição de militares com civis. Por fim, conclama-se à conscientização dos tomadores de decisão a respeito de sua participação nessas tendências que compõem a erosão do controle civil, sugerindo o engajamento ativo de civis no processo de formulação de políticas públicas, inclusive na área de Defesa.

Abstract

This article adds to research that warns of democratic recession in Brazil by investigating how the erosion of civilian control over the military has occurred since 2014. Using Beliakova's (2021) systematization of how this erosion occurs, we explore (1) characteristics of military insubordination to civilian power; (2) characteristics of civilian deference to

the military; (3) characteristics of military competition with civilians. Finally, an appeal is made to raise the awareness of decision-makers about their participation in these trends that comprise the erosion of civilian control, suggesting the active engagement of civilians in the process of public policy formulation, including in the area of Defense.

Introdução

O objetivo deste artigo é investigar a erosão da democracia brasileira por meio da erosão do controle civil sobre militares, que representa desafio para a administração Lula-Alckmin nos primeiros 100 dias de governo e para além. Para tanto, será demonstrado o estado da arte da erosão do controle civil em 2023 por meio de evidências que verificam a existência de erosão por insubordinação, por deferência e por competição, de acordo com a argumentação desenvolvida por Beliakova (2021).

Beliakova (2021) argumenta que a erosão do controle civil sobre militares contribui para a erosão da democracia em países do norte e do sul global. Para a autora, a erosão do controle civil aconteceria de três formas: por insubordinação; por deferência; e por competição. O resultado desta erosão, particularmente no século XXI, pode não ser um golpe militar, já que, nesta quadra histórica, democracias morrem de formas diversas, como por meio de processos de *impeachment* apenas políticos, desprovidos de fundamento jurídico, em paralelo a crescentes processos de polarização da sociedade. No entanto, as relações civis-militares, que, em democracias mais consolidadas, funcionam a partir do controle civil, são importantes indicadores da sustentabilidade de uma democracia. Neste artigo, a partir do referido marco oferecido por Beliakova (2021), será investigado o processo de erosão do controle civil sobre os militares no Brasil entre 2014 e 2023, incluindo, portanto, os primeiros 100 dias da administração Lula-Alckmin.

Para Beliakova (2021), a erosão por insubordinação aconteceria quando há reticência militar em seguir ordens de autoridades civis

de forma célere e precisa sobretudo em face de importantes acontecimentos na área da segurança. A erosão por deferência aconteceria quando autoridades civis delegam a militares prerrogativas de tomada de decisão em especial em posições ministeriais de expertise civil. A erosão por competição aconteceria quando militares concorrem para cargos eletivos ou para cargos de natureza política na administração pública, como cargos comissionados, quando militares tentam influenciar a política, seja por chantagem ou por aparições públicas na imprensa para atingir a opinião pública, ou quando militares engajam-se em complôs por golpes levados a cabo ou assessorados e apoiados por eles.

A primeira parte deste artigo explora a erosão por insubordinação explicitada, sobretudo, no dia 08 de Janeiro de 2023, por ocasião da tentativa de golpe de Estado por meio da invasão e da depredação das sedes dos três poderes na Esplanada dos Ministérios em Brasília. A segunda parte explora a erosão por deferência que teria acontecido, particularmente entre 2019 e 2021, quando, de acordo com Schmidt (2022), houve não só aumento sustentado da tendência de contratação de militares para exercerem cargos na administração pública federal, mas também tendo havido aumento do percentual de militares em relação a civis a frente desses cargos. A terceira parte investiga a erosão por competição, que teria ocorrido, em eleições no nível nacional, de forma crescente entre 2014 e 2018 (47%) e entre 2018 e 2022 (73%) (ASSIS, BIROLI & FREITAS, 2022). Por último, são feitas considerações finais.

Erosão por insubordinação

Em democracias mais consolidadas, militares cumprem ordens dadas pelas autoridades civis, implementando-as de forma célere e precisa (BELIAKOVA, 2021). Reportam-se, ainda, a autoridades civis inclusive em questões sensíveis à segurança (Idem). No Brasil, a própria estrutura do Ministério da Defesa demonstra seguir lógica distinta, o que foi consolidado em 10 de Outubro de 2022. Nesta data, o Ministério

da Defesa publicou a Portaria GM-MD n. 5.204, relacionando os cargos privativos de oficiais gerais das três forças singulares tanto nas forças em si, quanto fora, como no próprio Ministério e no Gabinete de Segurança Institucional. Na prática, grande parte das principais chefias do Ministério da Defesa passou a ser privativa de oficiais gerais das três forças.

Àquela altura, o Ministro da Defesa em si era um oficial general do Exército, o general Paulo Sérgio Nogueira. Entre 1999, ano de fundação do referido Ministério, e 2018, todos os Ministros da Defesa haviam sido civis. Em 2018, o então Presidente Michel Temer nomeia pela primeira vez um general do Exército para ocupar o cargo, o general Silva e Luna, que, durante o governo Bolsonaro-Mourão, veio a ocupar os cargos de diretor-geral da hidrelétrica de Itaipu, entre 2019 e 2021, e de Presidente da Petrobrás, entre 2021 e 2022. Durante a administração Bolsonaro-Mourão, somente generais do Exército ocuparam o cargo de Ministro da Defesa. Foram eles: o general Fernando Azevedo e Silva, entre 2019 e 2021, General Braga Netto, entre 2021 e 2022, e o General Paulo Sérgio Nogueira, que ocupou o cargo em 2022 após deixar o posto de Comandante do Exército.

O General Fernando Azevedo havia sido assessor para assuntos militares do Presidente do STF na ocasião do tuíte do general Villas Boas em 2018 que será explorado mais adiante. O General Braga Netto, posteriormente candidato à vice-Presidência ao lado de Bolsonaro em 2022, havia sido interventor federal na segurança pública do Rio de Janeiro durante o governo Temer. Foi durante seu comando à frente da intervenção, por exemplo, que houve o assassinato político da vereadora Marielle Franco. Nota-se que há uma continuidade nas lideranças militares que ocupavam cargos de relevância política entre os governos Temer e Bolsonaro-Mourão. Nesse sentido, é possível inferir que o governo Temer foi, de fato, uma ponte para o futuro entre governos civis e um governo de composição civil-militar.

Esse protagonismo não só em temas de Defesa, como será explorado posteriormente, reflete e sinaliza a erosão do controle civil sobre mi-

litares, bem como a erosão da democracia no Brasil. Embora o V-Dem afirme que, entre 2021 e 2022, a autocratização do Brasil teria estagnado antes que a democracia ruísse inteiramente, os relatórios da instituição também afirmam que, entre 2016 e 2022, houve um aumento significativo e substancial, por exemplo, da censura governamental da mídia no país, o que teria ocorrido com padrão semelhante em Hong Kong e Afeganistão (DEMOCRACY REPORT, 2023, p. 6; DEMOCRACY REPORT, 2022, p. 21). O relatório do V-Dem de 2022 afirma, ainda, que representa indicador de recessão democrática o incentivo do então Presidente Bolsonaro para que seus apoiadores saíssem às ruas em momentos como o 7 de Setembro de 2021 para apoiar demandas anti-democráticas, incluindo a remoção de todos os ministros da suprema corte e uma intervenção militar (DEMOCRACY REPORT, 2022, p. 26). O relatório de 2022 chega a inserir o Brasil entre os cinco países mais autocratizantes do mundo, ao lado de Hungria, Polônia, Sérvia e Turquia:

For example, polarization in Brazil started rising in 2013 and reached toxic levels with the electoral victory of far-right President Jair Bolsonaro in 2018. Since taking office, Bolsonaro has joined demonstrators calling for military intervention in Brazil's politics and the closure of Congress and the Supreme Court. Moreover, he has promoted a large-scale militarization of his government and public distrust in the voting system (DEMOCRACY REPORT, 2022, p. 33).

Infere-se, assim, que o Brasil passou por anos de extrema vulnerabilidade da democracia e que a militarização em larga escala do governo erodiu o controle civil, comprometendo a saúde do regime democrático no país. É, nesse sentido, improvável que houvesse uma profusão de exemplos de insubordinação militar durante o governo Bolsonaro-Mourão. No entanto, na primeira semana de governo Lula-Alckmin, observamos sinais de insubordinação que teriam levado, por exemplo, à demissão do Comandante do Exército, general Arruda. É importante salientar, ainda, que a insubordinação não é algo trivial no âmbito mi-

litar. As Forças Armadas são regidas pelos princípios de hierarquia e disciplina, de forma que a cadeia de comando deve ser preservada por todos os componentes das forças. Também é relevante enfatizar que o comandante supremo, o Presidente da República, deve exercer suas prerrogativas de forma que a cadeia de comando seja implementada. Nesse sentido, o comandante supremo deve comandar para que suas ordens sejam implementadas. Se o comandante supremo tratar as Forças Armadas como ente político, haverá desorganização da cadeia de comando, o que abrirá portas para o desrespeito à hierarquia e à disciplina sobretudo na relação entre os comandantes das três forças singulares, o ministro da Defesa e o Presidente da República.

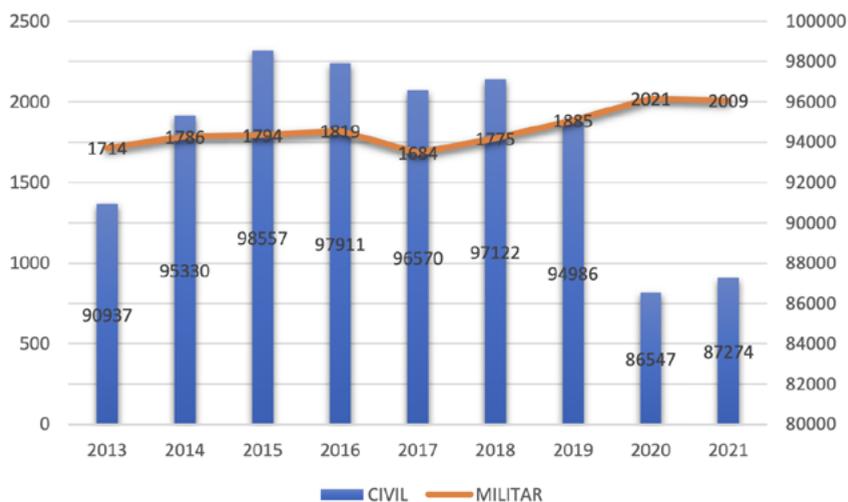
Se o Comandante do Exército ou comandantes de organizações militares do Exército não respeitaram ordens de civis, por exemplo, no dia 08 de Janeiro de 2023, por ocasião da tentativa de golpe de Estado por meio da invasão das sedes dos três poderes na Esplanada dos Ministérios em Brasília, houve, indubitavelmente, um caso de erosão do controle civil por insubordinação. Contudo, o cenário que se desenhava desde a transição ajuda a explicar a dificuldade de se compreender a subordinação militar ao poder civil, ou a dificuldade de se compreender a cadeia de comando que subordina o poder militar aos representantes do poder civil.

Em 09 de Dezembro de 2022, a chapa Lula-Alckmin adiantou-se na nomeação do Ministro da Defesa sem que houvesse a apreciação do tema por um Grupo de Transição (GT) que estivesse investigando o estado da arte das questões de Defesa no Brasil, como foi feito em todas as demais áreas, incluindo a inteligência estratégica. Logo em seguida, os Comandantes das três forças singulares foram anunciados. A ausência de um GT de Defesa pode ter oferecido aos militares a impressão de que temas de Defesa seriam tratados no governo Lula-Alckmin como temas estritamente militares, já que o novo Ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, civil, seria apenas mediador entre as posições das Forças e o Presidente da República.

Sendo assim, a sinalização política era de que Múcio não seria parte da cadeia de comando que submete militares ao controle civil, mas um representante político dos temas militares perante a Presidência da República. Não é difícil entender, portanto, o papel relativamente pouco incisivo, ao menos publicamente, que Múcio teria tido perante o episódio do 08 de Janeiro de 2023, que oferecia exatamente oportunidade para que fosse evitada insubordinação oferecendo-se, ao lado do Presidente Lula, diretrizes para o exercício do monopólio legítimo do uso da violência por parte das Forças Armadas em face de uma questão absolutamente sensível à segurança. Assim, diante de um Ministério da Defesa militarizado, desenhado em Outubro de 2022, e com a ausência política de uma cadeia de comando forte, o que teria sido elaborado propositalmente no sentido de gerar uma transição mais sutil de um governo militarizado para um governo majoritariamente civil, é compreensível que os militares tenham-se sentido à vontade para, por exemplo, proteger a entrada da polícia no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano em Brasília, após a dispersão dos atos violentos de 08 de Janeiro de 2023, ou mesmo para evitar posições ofensivas em relação à multidão que adentrava, por exemplo, o Palácio do Planalto.

Erosão por deferência

Em democracias mais consolidadas, civis dominam o processo de tomada de decisões em política pública: o governo, sobretudo em posições ministeriais, é composto por civis, o *expertise* civil em segurança informa a formulação de política pública e o poder de tomada de decisões está nas mãos de civis (BELIAKOVA, 2021). Schmidt (2022) demonstra que, no Brasil, especialmente a partir de 2019, houve uma tendência de aumento sustentado do número de militares na composição da administração pública federal, o que ocorreu em termos absolutos e relativos, conforme o gráfico a seguir:



Fonte: Schmidt (2022)

No que diz respeito, por exemplo, ao exercício de cargos de direção em instituições federais de ensino superior, o número quase triplicou desde os anos do governo Dilma Rousseff até os anos do governo Bolsonaro, com um aumento significativo já no governo Temer. Foi de uma média de 11 cargos de direção ocupados nessas instituições entre 2013 e 2016 para 20 em 2017 e para 32 em 2021 (SCHMIDT, 2022). O número quase triplicou também em funções de direção e assessoramento superior, indo de 303 em 2013 para 349 em 2018, atingindo 683 em 2021.

Rodrigues, Fedatto & Kalil (2021) demonstram como isso ocorreu no Ministério da Saúde durante a pandemia de COVID-19. Os autores fazem uma revisão de literatura sobre os motivos da militarização do Ministério da Saúde durante a pandemia e notam que, embora não tenha havido a securitização da COVID-19 por parte das autoridades em nível federal, ainda assim houve militarização da gestão da resposta. Ou seja, embora as autoridades federais não tenham tratado o vírus como uma ameaça existencial ao país, a gestão da saúde no período foi militarizada. Rodrigues, Fedatto & Kalil (2021) reconhecem, então, que a militarização da gestão da saúde pública durante a pandemia em nível federal decorre da erosão por deferência, ou seja, da erosão do controle civil no país pela deferência que autoridades eleitas fazem a militares.

A deferência a militares foi, em geral, intensa na administração pública federal particularmente entre 2019 e 2022. Pode-se inferir que teria influenciado essa tendência a formação militar do Presidente e do Vice-Presidente que, como veremos na seção a seguir, *per se* já sinaliza para a erosão por competição do controle civil sobre militares e, conseqüentemente, da democracia. Conforme Castro (1990) explica, a formação militar, sobretudo no Exército Brasileiro, enseja a percepção de que há uma dicotomia entre o civil e o militar que enseja um consenso castrense de que o militar seria ideologicamente isento e tecnicamente superior ao civil. Além disso, a persistência do ensino inspirado na Doutrina de Segurança Nacional, que insiste em oferecer aos militares papéis em temas de segurança e de desenvolvimento, geraria a ilusão de que militares são formados para trabalhar em ambos os campos e para salvaguardar o interesse nacional de maneira perene. Soma-se a isso a tendência, sobretudo do pós-Guerra Fria, de formação de militares em cursos de administração em instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o ensino militar nas academias (Academia Militar das Agulhas Negras, Academia da Força Aérea e Escola Naval) cujos diplomas nos Cursos de Formação de Oficiais ganharam, em 2018, equivalência ao título de Administrador.

Nesse sentido, é possível denominar a percepção que o militar brasileiro tem de si: o coringa da administração pública brasileira. Se o militar é adestrado para pensar a segurança e o desenvolvimento, para exercer cargos administrativos em geral de forma, em tese, ideologicamente isenta e tecnicamente superior ao civil, salvaguardando pereneamente o interesse nacional acima de qualquer inclinação individual, ele caberia em toda e qualquer função da administração pública. Como argumentam Andrade, Nogueira e Lotta (2021), contribuíram ademais para a militarização da administração pública entre 2019 e 2022 ‘a falta de um partido estruturado e de quadros conservadores qualificados para preencher postos no governo Bolsonaro’ e ‘a crise de legitimidade das instituições democráticas em função da Operação Lava-Jato, do *impeachment* e da crise econômica, o que abriu caminho para que forças

que estavam fora do *status quo* político pudesse ascender'. Os autores afirmam que a politização das Forças Armadas também seria um fator que contribuiu para essa militarização. No entanto, diante da projeção que os militares fazem de si, é possível afirmar que, independente de apoiar politicamente o governante, os militares dificilmente hesitariam em imiscuir-se na administração pública federal diante do contexto social, político e econômico descrito.

Para trabalhar na administração pública federal, os militares da ativa necessitam de autorização expressa dos Comandos das Forças que os abrigam. Diante do aumento expressivo em termos absolutos e relativos do número de militares em cargos de natureza civil na administração pública federal a partir de 2019, é possível inferir a existência de uma mentalidade castrense que considera não somente oportuno, mas também conveniente que os militares ocupem cargos de natureza civil no governo federal. Como coringas da administração pública federal, eles seriam guardiões do interesse nacional, sendo, então, tipos supostamente ideais de servidores públicos.

Erosão por competição

Em democracias mais consolidadas, onde há maior controle civil sobre militares, militares tendem a não concorrer em eleições ou por cargos na administração pública, tendem a não tentar influenciar a política por meio de chantagem ou desafiando o governo e influenciando a opinião pública (aparições na mídia, notas à imprensa, etc), além de tenderem a não participar de complôs e de não tentarem executar ou apoiar golpes de Estado (Beliakova, 2021). Quando há ocorrência desses comportamentos, há erosão do controle civil por competição e, consequentemente, erosão da democracia.

Entre 2014 e 2018, houve o início de uma tendência significativa de erosão por competição no Brasil. Enquanto os principais candidatos às eleições em âmbito federal de 2014 eram civis, em 2018, a chapa eleita para a Presidência e a Vice-Presidência da República do Brasil era

liderada, respectivamente, por um capitão do Exército Brasileiro, Jair Bolsonaro, e por um general do Exército Brasileiro, Hamilton Mourão. Ambos utilizavam suas patentes, por exemplo, nas descrições de suas mídias sociais. Além disso, entre 2014 e 2018, houve um aumento de 47% das candidaturas militares para cargos no nível federal. Entre 2018 e 2022, o aumento foi ainda maior, chegando a 73% (ASSIS, BIROLI & FREITAS, 2022).

Além da ampliação do número de militares concorrendo para cargos eletivos no nível federal, há também, sobretudo desde 2018, inúmeros casos de erosão por competição a partir de, por exemplo, declarações em mídias sociais com vistas não somente a influenciar a opinião pública, mas também no sentido de influenciar decisões, por exemplo, do poder judiciário. Este é o caso dos tuítes do general Villas Boas, em 2018, por ocasião das vésperas do julgamento, no Supremo Tribunal Federal, do *habeas corpus* do então ex-Presidente Lula da Silva, que acabou preso e retirado da corrida presidencial em que a chapa militar Bolsonaro-Mourão saiu vencedora. Em Castro (2021, p. 182), Villas Boas assume que sabia que, com os tuítes, aproximava-se “ao limite do aceitável”. Após sugerir, no primeiro tuíte, que, caso votassem a favor do *habeas corpus* do então ex-Presidente Lula, os Ministros estariam tendo ganhos individuais, Villas Boas, no segundo tuíte, assegurava “à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”.

Ainda em Castro (2021), o general Villas Boas explica que havia duas audiências para aquela mensagem: a externa e a interna. Revela que, internamente, os militares “compartilhavam de ansiedade semelhante” à “indignação que tomava conta da população”, o que considerava possível de ser aferido em decorrência “do aumento das demandas por uma intervenção militar” (CASTRO, 2021, p. 186). Assim, é possível inferir que o Exército, àquela altura, estava composto por um corpo que se alinhava a pedidos de golpe de Estado e que, ao se preocupar com

“as consequências do extravasamento da indignação que tomava conta da população” posicionando-se ao lado de parcela do povo brasileiro e, conseqüentemente, contrário à outra parcela significativa, o então Comandante do Exército sinalizava para a disposição ao menos de parte da Força em apoiar um golpe de Estado na forma, inclusive, de uma intervenção militar, além de ter potencialmente chantageado o poder judiciário às vésperas da votação que mudaria os rumos das eleições de 2018, bem como influenciando a opinião pública no sentido político que então lhe convinha. O caso dos tuítes do general Villas Boas, em 2018, é paradigmático da erosão por competição. Embora seja um caso importante, não aconteceu no vácuo.

Há, ainda, casos em que militares utilizavam aparições públicas ou mensagens à sociedade para sugerir a existência de um dever cívico militar de *impor* soluções políticas com as quais concordassem. Este é o caso do próprio general Mourão que, por exemplo, em 2017, afirmava que, se as instituições não resolvessem “o problema político” do Brasil, “nós [os militares] teremos que impor isso”. A sugestão de que a ruptura da ordem constitucional para fins políticos seria plausível era reafirmada, ainda, a cada aniversário do golpe de 1964, durante a gestão Bolsonaro-Mourão, em que, na ordem do dia, o Comandante do Exército e/ou outras autoridades no âmbito do Ministério da Defesa comemoravam institucionalmente a data. Em 2022, a ordem do dia do general Braga Netto, então Ministro da Defesa que viria a ser candidato à vice-Presidência no mesmo ano ao lado de Bolsonaro, carregava mensagem afirmando que o golpe de 1964 teria fortalecido a democracia no Brasil.

Andrade, Nogueira & Lotta (2021) lembram, ademais, do caso dos postos ocupados por militares no alto comando das estatais do governo federal: “dez vezes mais do que no governo Temer”.

Essa tendência também é sentida em outros níveis hierárquicos: desde 2013, o governo passou de uma média de 1,3% de militares em 8 ministérios (a Defesa não faz parte desse cálculo) a uma média de 4,7% de militares em 14 ministérios e na Presidência em setembro de 2020. Se antes

o ministério com mais militares era o da Infraestrutura (com 4,5%) em 2020 essa posição é ocupada pela própria Presidência (com 15,1%). Meio ambiente e Saúde estão entre os cinco mais militarizados, com 8,3% e 7,3%, respectivamente (ANDRADE, NOGUEIRA & LOTTA, 2021).

Assim, nota-se que, além de denotar erosão por deferência, a ocupação de cargos ministeriais e em estatais por militares também denota erosão por competição, afinal, para ocupar esses cargos com funcionários militares, civis foram deixados de lado em que pese a natureza civil da *expertise* dos cargos. Se, da perspectiva militar que fundamenta a formação do Comandante-em-Chefe e do Vice-Presidente entre 2019 e 2022, os militares são tipos-ideais de funcionários públicos com formação melhor do que a formação civil, capacitados para atuar na gestão de temas que vão da segurança ao desenvolvimento, além de supostamente terem a pátria acima de inclinações individuais, os militares sempre serão escolhidos em concorrência com civis. Pode-se, nesse sentido, cogitar se o embarque no governo somente não foi ainda maior, porque haveria, entre os Comandos das três forças singulares, preocupações, por exemplo, com o suprimento de pessoal para as atividades cotidianas das organizações militares.

Considerações finais

Desde 2014, o Brasil enfrenta uma tendência à retração democrática. A militarização da política é uma das evidências deste processo. Essa militarização representa a erosão do controle civil sobre militares, o que gera a erosão da democracia. Neste artigo, exploraram-se casos que comprovam a erosão do controle civil por insubordinação, por deferência e por competição entre 2014 e 2023 no Brasil.

Nos primeiros 100 dias do governo Lula-Alckmin, nota-se que, caso não haja maior voluntarismo no exercício do papel de comandante supremo das Forças Armadas pela Presidência da República representada pelo Ministro da Defesa, poderão haver dificuldades, como episódios de

insubordinação, para a implementação da cadeia de comando e para a preservação das instituições democráticas sobretudo em casos de desafios extremos para a segurança, como foi a tentativa de golpe de 08 de Janeiro de 2023. Em 2019, por sua vez, houve a cristalização e a aceleração de uma tendência de deferência a militares com a indicação destes para compor cargos civis na administração pública em quantidade absoluta e relativamente maior do que nos anos anteriores, em que pese a tendência de aumento desde ao menos 2016. Percebeu-se, sobretudo entre 2019 e 2022, que militares veem-se como coringas da administração pública federal. Já desde 2014, há uma tendência de competição entre civis e militares por cargos políticos, de caráter eletivo e comissionado, o que representa desafio para a sustentabilidade do controle civil e da democracia no Brasil.

Para que haja mudança nessas tendências, é imperativa a conscientização dos representantes do povo para que se engajem em comportamentos ativos, pró-ativos, conscientes e mais construtivos para a democracia no âmbito do controle civil sobre militares. É fundamental, ainda, a participação de civis em temas de Segurança e Defesa na administração pública federal, no sentido de implementar a mentalidade do controle civil especialmente na Presidência da República e no Ministério da Defesa. É, portanto, oportuno que se ofereçam oportunidades para que os especialistas civis da Segurança e da Defesa ganhem papel no debate público e ofereçam a chance de o Brasil superar os desafios profundos que se apresentam à sua democracia.

Referências

ANDRADE, D. P.; NOGUEIRA, F. A.; LOTTA, G. **Missão dada é missão cumprida: management militar no governo Bolsonaro.** Jornal Estadão, 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/missao-dada-e-missao-cumprida-management-militar-no-governo-bolsonaro/> Acesso em 31 de Março de 2023.

ASSIS, P. P.; BIROLI, F.; FREITAS, V. G. **Sobrerrepresentados: os candidatos policiais e militares nas eleições 2022.** Portal Jota, 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/>

opinioao-e-analise/artigos/sobrerrepresentados-os-candidatos-policiais-e-militares-nas-eleicoes-2022-06092022 Acesso em 31 de Março de 2023.

BELIAKOVA, P. Erosion of Civilian Control in Democracies: a Comprehensive Framework for Comparative Analysis, **Comparative Political Studies**, 2021, p. 4.

CASTRO, C. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Editora Zahar, 1990.

_____. **General Villas Bôas**: conversa com o comandante. *Rio de Janeiro*, Editora FGV, 2021, p. 152- 153.

Democracy Report, 2022.

Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/19/dr_2022_ipyOpLP.pdf Acesso em: 31 de Março de 2023.

Democracy Report, 2023. Disponível em:

https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf Acesso em: 31 de Março de 2023.

RODRIGUES, T. M. S. ; FEDATTO, M. S. ; KALIL, M. A. C. COVID-19 y la militarización del estado en Brasil. **Revista UNISI**, v. 56, p. 33-50, 2021.

SCHMIDT, F. H. Nota Técnica n. 58 (Diest): Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022.

Mariana Kalil é professora de Geopolítica da Escola Superior de Guerra, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID). mariana.kalil@esg.br | marianakalil@gmail.com